

Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 752/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 19 de Dezembro de 2005:

Alda Maria dos Santos da Silva, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Mafra — autorizado o destacamento para exercer funções nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 19 de Dezembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 753/2006 (2.ª série). — Por despachos do director-geral:

De 20 de Dezembro de 2005:

Licenciada Aurora da Conceição Reis Magno, conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Vila do Porto — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Civil de Bombarral e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Cláudia Crispim Santos, conservadora do Registo Predial de Moura, a exercer em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Abrantes e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Dalila Maria de Almeida Gomes, conservadora dos Registos Civil e Predial da Batalha — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial da Marinha Grande e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Dulce Maria Lau Magalhães, conservadora dos Registos Civil e Predial de Vale de Cambra — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Águeda e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Maria Arminda Branco da Silva Soares Duarte, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Santa Maria da Feira — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Albergaria-a-Velha e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Maria Manuela Coutinho Mendes Moreira, conservadora do Registo Predial de Nisa — nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Santa Comba Dão e exonerada à data da posse no novo lugar.

De 21 de Dezembro de 2005:

Licenciada Irene Dulce Ventura Santa, conservadora dos Registos Civil e Predial de Alvaiázere — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Penela.

Licenciado Pedro Miguel Pereira Pinto, adjunto da conservadora da 9.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, a exercer funções nesta Direcção-Geral — nomeado para o lugar de conservador dos Registos Civil e Predial de Aljustrel.

De 22 de Dezembro de 2005:

Licenciada Ana Isabel de Aragão Marrecas Féria Melo Rosa, conservadora do Registos Civil de Tomar — nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Civil de Loulé.

Licenciada Ana Isabel Belo Nogueira de Almeida, adjunta do conservador dos Registos Comercial e Automóveis de Coimbra — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Murça.

Licenciada Ana Martinha Alves Gonçalves Pereira, adjunta do notário de Monção, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos Civil e Predial de Pinhel — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Ribeira de Pena.

Licenciada Ana Paula Garrido de Oliveira, adjunta do conservador do Registo Civil de Almada — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de São Brás de Alportel.

Licenciada Ana Sofia de Brito Costa Oliveira Santos, adjunta do conservador da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Castelo de Vide.

Licenciada Anabela da Conceição da Silva Rocha Dias Fontes, adjunta do conservador da Conservatória do Registo Predial de Vila Real, a exercer interinamente as funções de conservadora dos Registos

Civil e Predial e notária de Boticas — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Miranda do Douro. Licenciada Carla Isabel Araújo Barbosa, adjunta do conservador do Registo Predial e Comercial de Barcelos — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Vendas Novas.

Licenciada Carla Susana da Silva e Costa, adjunta do notário do Cartório Notarial de Vale de Cambra — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Alcochete.

Licenciada Emília de Fátima Ferreira Rocha Ramos de Paiva, adjunta do conservador da 1.ª Conservatória do Registo Predial do Porto — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Mourão.

Licenciada Fernanda Maria Magalhães Vaz de Moura, adjunta do conservador do Registo Predial de Matosinhos — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Ferreira do Zêzere.

Licenciada Ilda Pereira Marques, adjunta do conservador da 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Viseu — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Viana do Alentejo.

Licenciada Isabel Maria Brochado de Moraes, conservadora dos Registos Civil e Predial de Lagoa, Açores — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial de Arruda dos Vinhos.

Licenciada Lídia Adelaide Araújo Oliva Teles, conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Sernancelhe — nomeada para o lugar de conservadora dos Registos Civil e Predial de Moimenta da Beira e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Marta Maria dos Santos Mota da Silva, adjunta do conservador da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga — nomeada para o lugar de conservadora interina dos Registos Civil e Predial e notária de Alvito.

Licenciado Mário Mateus de Carvalho, conservador dos Registos Civil e Predial e notário de Alcoutim — nomeado para o lugar de conservador interino do Registo Predial de Tavira.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

ICEP Portugal, I. P.

Deliberação n.º 55/2006. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com os artigos 20.º e 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que José Eduardo Areias Meira da Cunha corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de director da Unidade de Revista:

Determina-se o seguinte, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi imprimida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — É nomeado director da Unidade de Revista José Eduardo Areias Meira da Cunha.

2 — O presente despacho produz efeitos à data do despacho de nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Marques da Cruz*.

ANEXO

Sinopse curricular

Nome completo: José Eduardo Areias Meira da Cunha.

Data de nascimento: 5 de Setembro de 1947.

Morada: Rua de Margarida Palla, 1495-143 Algés, Miraflores.

Formação académica: Escola Superior de Meios de Comunicação Social (1972).

Actividade profissional:

Técnico superior do ICEP Portugal, I. P.;
Editor da revista *Informar Portugal*;

Anteriormente, no ICEP, foi adido de imprensa e director-adjunto da *Revista Exportar*;
 Jornalista — carteira profissional 353;
 Estágio no *Diário Popular*;
 Ingressa nos quadros do jornal *A Capital* (1973-1984);
 Fundador do semanário *O Herald*;
 Coordenador nas revistas *Teostar* e *Bazar*;
 Chefe de redacção da revista *Nova Gente*;
 Colabora em vários jornais e revistas nacionais e estrangeiros: *Expresso*, *O Século*, *Interview*, *Panorama* (Itália), *A Tarde* (Brasil);
 Vencedor de vários prémios de jornalismo: Júlio César Machado (CML de Lisboa); *A Descoberta de Portugal* (Reader's Digest); *Feira do Livro* (APEL);
 Pertenceu aos corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas;
 Foi membro da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência dos Jornalistas;
 Foi assessor do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio;
 Foi adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Dr. José Magalhães;
 Membro da Comissão de Trabalhadores do ICEP.

13 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Marques da Cruz*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 754/2006 (2.ª série). — Considerando que a linha do Norte, com cerca de 335 km de extensão, está inserida no principal eixo ferroviário do País, Braga-Faro, sendo o troço mais importante desta espinha dorsal da malha ferroviária portuguesa, pois nele con-

fluem as linhas mais relevantes do sistema ferroviário nacional, sendo que alguns troços da linha do Norte estão muito próximos dos seus limites de saturação, impondo-se, pois, a sua modernização, de modo a conferir-lhe não só uma maior capacidade de oferta como uma substancial melhoria na segurança, qualidade, fiabilidade e competitividade, com a consequente racionalização de custos;

Considerando que, pelo despacho n.º 3143/2002 (2.ª série), de 8 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 9 de Fevereiro de 2002, posteriormente rectificado pelo despacho n.º 8180/2003 (2.ª série), de 28 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 29 de Abril de 2005, foi declarada a utilidade pública, com carácter urgente, da expropriação de determinados bens imóveis e dos direitos a eles inerentes, considerados necessários para as obras de modernização da via férrea, a construção do caminho de acesso à passagem superior ao quilómetro 131,095, no subtroço Entroncamento-Albergaria dos Doze;

Considerando a necessidade de rever e rectificar este projecto, torna-se imprescindível a aquisição de novas parcelas e respectivas áreas adicionais;

Considerando ainda que, para a realização da referida obra, é indispensável a expropriação de terrenos para além dos limites do domínio público ferroviário e sendo a continuação das obras de manifesto interesse público:

Assim, a requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., nos termos e ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 14.º e 15.º todos do Código de Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e ao abrigo da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e tendo em vista a continuação dos trabalhos, determino o seguinte:

1 — A declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação adicional dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, constantes no desenho PI-40, e respectivos mapas de identificação e áreas, que se publicam em anexo.

2 — Autorizar a REFER, E. P., a tomar posse administrativa dos mesmos bens, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do citado Código.

3 — Os encargos com as expropriações são de responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

14 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

